

*(Tradução livre do original previamente
emitido em inglês)*

Companhia de Concessões Rodoviárias e Controladas

*Demonstrações Financeiras Consolidadas
Referentes aos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2001, de 2000 e de 1999
e Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

(Tradução livre do original previamente emitido em inglês)

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia de Concessões Rodoviárias
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais consolidados da Companhia de Concessões Rodoviárias e controladas, levantados em 31 de dezembro de 2001 e de 2000, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do passivo a descoberto e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, e as demonstrações combinadas do resultado, das mutações do passivo a descoberto e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1999, expressos em reais, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas no Brasil, que não diferem significativamente das normas de auditoria geralmente aceitas nos Estados Unidos da América. Essas normas requerem o planejamento e a realização da auditoria para obter segurança razoável da inexistência de erros materiais nas demonstrações financeiras. Um exame compreende a constatação, com base em testes, das evidências que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. Um exame também compreende avaliações das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que nossos exames constituem uma base razoável para que possamos expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Concessões Rodoviárias e controladas em 31 de dezembro de 2001 e de 2000, os resultados de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2001, 2000 e de 1999, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.

4. As práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira variam, em certos aspectos, significativamente dos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. A aplicação desses princípios teria afetado a determinação do prejuízo líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2001, de 2000 e de 1999 e a determinação do passivo a descoberto e da posição patrimonial em 31 de dezembro de 2001 e de 2000 na extensão resumida na nota 15.
5. Nossos exames foram conduzidos com o propósito de emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras básicas tomadas em conjunto. A demonstração consolidada dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e de 2000 e a demonstração combinada dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 1999 são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas conforme as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira. Essas informações foram por nós examinadas de acordo com os procedimentos de auditoria aplicados nas demonstrações financeiras básicas e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras básicas tomadas em conjunto.

São Paulo, 6 de fevereiro de 2002

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2 SP 011609/O-8

José Roberto P. Carneiro
Contador
CRC nº. 1 SP 109447/O-6

(Tradução livre do original previamente emitido em inglês)

COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIARIAS E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E DE 2000

(Expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>2001</u> <u>R\$</u>	<u>2000</u> <u>R\$</u>	<u>PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO</u>	<u>2001</u> <u>R\$</u>	<u>2000</u> <u>R\$</u>
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e bancos	35.215	28.194	Empréstimos e financiamentos	150.885	288.994
Aplicações financeiras	32.302	43.347	Mútuos com partes relacionadas	100.838	26.453
Outras contas a receber	21.260	19.734	Obrigações com o poder concedente	114.139	104.589
Imposto de renda a recuperar	11.969	4.467	Contas a pagar a fornecedores - partes relacionadas	46.430	60.021
Despesas antecipadas	4.844	4.521	Contas a pagar a fornecedores	14.109	21.326
Total do circulante	<u>105.590</u>	<u>100.263</u>	Outras contas a pagar	35.179	18.896
			Obrigações sociais e trabalhistas	12.385	11.554
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			Impostos e contribuições a recolher	11.172	7.511
Conta reserva	11.697	41.181	Total do circulante	<u>485.137</u>	<u>539.344</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	252.717	200.414			
Outros	25.382	7.945	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Total do realizável a longo prazo	<u>289.796</u>	<u>249.540</u>	Obrigações com o poder concedente	1.840.594	1.772.896
			Empréstimos e financiamentos de longo prazo	1.105.963	811.624
PERMANENTE			Mútuos com partes relacionadas	47.776	2.719
Imobilizado, líquido			Contas a pagar a fornecedores - partes relacionadas	4.047	4.066
Transferidos do poder concedente	1.329.437	1.452.477	Outras contas a pagar	14.097	16.312
Adquiridos e implantados	1.633.913	1.248.077	Total do exigível a longo prazo	<u>3.012.477</u>	<u>2.607.617</u>
	<u>2.963.350</u>	<u>2.700.554</u>			
Diferido, líquido	14.823	21.740	PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	6.411	(2.783)
Total do permanente	<u>2.978.173</u>	<u>2.722.294</u>			
			PASSIVO A DESCOBERTO		
			Capital social		
			Ações preferenciais, sem valor nominal; representadas por		
			3.574.193 em 2000, ações autorizadas e em circulação		22.206
			Ações ordinárias, sem valor nominal; representadas por		
			67.854.402 (3.574.193 em 2000) ações autorizadas e em circulação	111.416	22.206
				<u>111.416</u>	<u>44.412</u>
			Prejuízos acumulados	(241.882)	(116.493)
			Total do passivo a descoberto	<u>(130.466)</u>	<u>(72.081)</u>
TOTAL	<u>3.373.559</u>	<u>3.072.097</u>	TOTAL	<u>3.373.559</u>	<u>3.072.097</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Tradução livre do original previamente emitido em inglês)

COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIARIAS E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001, DE 2000 E DE 1999

(Expressas em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)

	<u>Consolidado</u>		<u>Combinado</u>
	<u>2001</u>	<u>2000</u>	<u>1999</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	931.664	742.361	612.908
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	<u>(61.369)</u>	<u>(43.863)</u>	<u>(22.146)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	870.295	698.498	590.762
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Depreciação e amortização	(248.704)	(224.795)	(204.199)
Serviços	(154.224)	(112.792)	(103.661)
Outros	<u>(74.264)</u>	<u>(80.845)</u>	<u>(71.371)</u>
LUCRO BRUTO	<u>393.103</u>	<u>280.066</u>	<u>211.531</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas administrativas	(100.850)	(93.126)	(66.317)
Despesas financeiras:			
Variação monetária das obrigações com o poder concedente	(179.998)	(166.173)	(303.312)
Variação cambial	(111.597)	(41.621)	(139.450)
Juros e outras despesas financeiras	(191.238)	(152.087)	(147.528)
Receitas financeiras	<u>18.658</u>	<u>15.594</u>	<u>23.501</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL	(171.922)	(157.347)	(421.575)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>(1.135)</u>	<u>4.868</u>	<u>1.444</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÕES DOS FUNCIONÁRIOS E DOS MINORITÁRIOS	(173.057)	(152.479)	(420.131)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE	(3.942)	(5.252)	71
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - DIFERIDO	<u>52.303</u>	<u>80.022</u>	<u>111.691</u>
PREJUÍZO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES DOS FUNCIONÁRIOS E DOS MINORITÁRIOS	(124.696)	(77.709)	(308.369)
PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS	<u>-</u>	<u>(661)</u>	<u>(703)</u>
PREJUÍZO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	(124.696)	(78.370)	(309.072)
PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	(693)	(6.259)	20.384
PREJUÍZO LÍQUIDO	<u>(125.389)</u>	<u>(84.629)</u>	<u>(288.688)</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$	<u>(1,85)</u>	<u>(11,84)</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Tradução livre do original previamente emitido em inglês)

COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIARIAS E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001, DE 2000 E DE 1999
(Expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Patrimônio</u> <u>líquido</u> <u>combinado</u> <u>R\$</u>	<u>Capital</u> <u>social</u> <u>R\$</u>	<u>Prejuízos</u> <u>acumulados</u> <u>R\$</u>	<u>Total</u> <u>R\$</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998	203.480	-	-	203.480
Aumento de capital	97.236	-	-	97.236
Prejuízo líquido	(256.824)	-	-	(256.824)
SALDOS EM 28 DE DEZEMBRO DE 1999	<u>43.892</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>43.892</u>
Capitalização de investimentos (nota 1)	(43.892)	43.892	-	-
Aumento de capital	-	520	-	520
Prejuízo líquido	-	-	(31.864)	(31.864)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999	<u>-</u>	<u>44.412</u>	<u>(31.864)</u>	<u>12.548</u>
Prejuízo líquido	-	-	(84.629)	(84.629)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000	<u>-</u>	<u>44.412</u>	<u>(116.493)</u>	<u>(72.081)</u>
Aumento de capital	-	67.004	-	67.004
Prejuízo líquido	-	-	(125.389)	(125.389)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001	<u>-</u>	<u>111.416</u>	<u>(241.882)</u>	<u>(130.466)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Tradução livre do original previamente emitido em inglês)

COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIARIAS E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001, DE 2000 E DE 1999
(Expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Consolidado</u>		<u>Combinado</u>
	<u>2001</u>	<u>2000</u>	<u>1999</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
ORIGENS DE RECURSOS			
Das operações:			
Prejuízo líquido	(125.389)	(84.629)	(288.688)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:			
Depreciação e amortização	254.922	231.613	209.897
Varição monetária das obrigações com o poder concedente	179.998	166.763	316.299
Varição cambial de empréstimos a longo prazo	80.288	26.474	68.508
Juros de longo prazo	15.351	12.546	8.671
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(52.303)	(80.022)	(111.691)
Baixas do ativo imobilizado	3.129	3.199	-
Outros	-	-	317
Participação dos minoritários	693	6.259	(20.384)
Total das operações	<u>356.689</u>	<u>282.203</u>	<u>182.929</u>
Recursos de acionistas			
Aumento de capital	67.004	-	97.756
Aumento de capital dos minoritários	8.501	-	10.046
Mútuo com partes relacionadas	39.281	-	-
Recursos de outras fontes			
Empréstimos de longo prazo	317.708	425.575	145.307
Diminuição no realizável a longo prazo	12.047	-	3.049
Outras contas de longo prazo	-	3.129	3.359
Total das origens de recursos	<u>801.230</u>	<u>710.907</u>	<u>442.446</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS			
Permanente:			
Aquisição de ativo imobilizado	511.921	464.886	292.659
Aumento do diferido	2.009	-	-
Aumento no realizável a longo prazo	-	5.971	24.688
Transferência de empréstimos e financiamentos a longo prazo para o passivo circulante	113.232	80.053	78.639
Transferência de obrigações com o poder concedente do longo prazo para o passivo circulante	112.300	105.218	132.949
Redução em outros exigíveis a longo prazo	2.234	2.153	11.749
Total das aplicações de recursos	<u>741.696</u>	<u>658.281</u>	<u>540.684</u>
DIMINUIÇÃO (AUMENTO) NA DEFICIÊNCIA DE CAPITAL CIRCULANTE	<u>59.534</u>	<u>52.626</u>	<u>(98.238)</u>
Variações no capital circulante líquido			
Ativo circulante			
No final do exercício	105.590	100.263	92.419
No início do exercício	100.263	92.419	59.656
Aumento do ativo circulante	<u>5.327</u>	<u>7.844</u>	<u>32.763</u>
Passivo circulante			
No final do exercício	485.137	539.344	584.126
No início do exercício	539.344	584.126	453.125
Aumento (diminuição) do passivo circulante	<u>(54.207)</u>	<u>(44.782)</u>	<u>131.001</u>
DIMINUIÇÃO (AUMENTO) NA DEFICIÊNCIA DE CAPITAL CIRCULANTE	<u>59.534</u>	<u>52.626</u>	<u>(98.238)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Tradução livre do original previamente emitido em inglês)

COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIARIAS E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001, DE 2000 E DE 1999

(Expressos em milhares de reais - R\$)

	Consolidado		Combinado
	2001	2000	1999
	R\$	R\$	R\$
Fluxo de caixa de atividades operacionais:			
Prejuízo líquido	(125.389)	(84.629)	(288.688)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido			
ao caixa oriundo das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(52.303)	(80.022)	(111.691)
Depreciação e amortização	254.922	231.613	209.897
Variação monetária das obrigações com o poder concedente	179.998	166.173	303.312
Variação cambial	111.529	41.621	139.450
Baixas do ativo imobilizado	3.129	3.199	-
Participação dos minoritários	693	6.259	(20.384)
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber	(1.526)	(11.174)	(4.298)
Impostos a recuperar	(7.502)	997	(1.787)
Despesas antecipadas	(323)	(1.884)	2.905
Outros ativos realizáveis a longo prazo	12.047	(5.971)	(21.639)
Contas a pagar a fornecedores	(7.217)	9.271	(5.876)
Dívidas com pessoas ligadas	4.131	1.377	179
Obrigações sociais e trabalhistas	831	4.615	1.085
Impostos e contribuições a recolher	3.661	(614)	3.519
Outras contas a pagar - circulante e exigível a longo prazo	14.068	7.188	3.553
Juros sobre empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	22.231	25.653	53.178
Caixa oriundo de atividades operacionais	<u>412.980</u>	<u>313.672</u>	<u>262.715</u>
Fluxo de caixa de operações de investimentos:			
Aquisição de ativo imobilizado	(529.662)	(441.812)	(296.861)
Aumento do diferido	(2.009)	-	-
Caixa usado em atividades de investimentos	<u>(531.671)</u>	<u>(441.812)</u>	<u>(296.861)</u>
Fluxo de caixa de atividades financeiras:			
Empréstimos e financiamentos de curto prazo, líquido	(166.345)	(109.856)	(62.536)
Empréstimos e financiamentos de longo prazo:			
Pagamentos	(113.232)	(89.099)	(50)
Captações	317.708	425.575	145.307
Mútuos com pessoas ligadas	103.781	29.334	2.638
Pagamentos ao poder concedente	(102.750)	(132.031)	(129.432)
Aumento de capital de:			
Acionistas majoritários	67.004	-	97.756
Acionistas minoritários	8.501	-	10.046
Caixa oriundo de atividades financeiras	<u>114.667</u>	<u>123.923</u>	<u>63.729</u>
Aumento (redução) de caixa e bancos e aplicações financeiras	(4.024)	(4.217)	29.583
Caixa e bancos e aplicações financeiras - no início do exercício	71.541	75.758	46.175
Caixa e bancos e aplicações financeiras - no final do exercício	<u>67.517</u>	<u>71.541</u>	<u>75.758</u>
Divulgação suplementar de informações de fluxo de caixa:			
Caixa pago durante o ano referente a:			
Juros	140.410	110.840	93.336
Imposto de renda e contribuição social	3.305	1.038	-

(Tradução livre do original previamente emitido em inglês)

COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E COMBINADAS PARA OS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001, DE 2000 E DE 1999

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, com exceção do prejuízo por ação na nota explicativa nº. 16 e valor unitário da ação na nota explicativa nº. 18)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Concessões Rodoviárias ("Companhia") foi constituída em 23 de setembro de 1998 com objetivo social de participar em empresas que possuam concessão de exploração de rodovias estaduais e federais. Os acionistas da Companhia, Construtora Andrade Gutierrez S.A., Camargo Corrêa Transportes S.A., Odebrecht Serviços de Infra-Estrutura S.A., Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia e SVE Participações S.A. eram acionistas de diversas empresas de concessão de exploração de rodovias, adquiridas pela Companhia através de uma troca de ações ocorrida em dezembro de 1999. Naquela data, a Companhia recebeu ações dessas empresas para integralização de seu capital. A troca de ações garantiu à Companhia o controle das seguintes empresas:

- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.
- Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.
- Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.
- Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.
- Rodonorte-Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

As controladas possuem as seguintes concessões:

- Até fevereiro de 2021, Rodovia BR-116/RJ/SP, a qual liga as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (Rodovia Presidente Dutra) e respectivas rodovias de acesso, totalizando 402,2 km;
- Até abril de 2018, Sistema Rodoviário Anhangüera - Bandeirantes, São Paulo - Limeira, totalizando 316,8 km;
- Até dezembro de 2021, ligação viária Rio Bonito - Araruama - São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ 123, trecho Rio Bonito - Araruama; paralela à RJ 106, trecho Araruama - São Pedro da Aldeia; e 4 km da RJ 106 do km 105 ao km 109, totalizando 60,0 km;
- Até maio de 2015, Ponte Presidente Costa e Silva (Rio - Niterói), totalizando 23,3 km;

- Até novembro de 2021, Rodovia BR 376, Apucarana - São Luís do Purunã; Rodovia BR 277, São Luís do Purunã - Curitiba; PR 151, trecho Jaguariaíva - Ponta Grossa; e seus entroncamentos, totalizando 487,5 km.

A concessão consiste na exploração de rodovias/pontes mediante arrecadação de pedágio e, em extensão limitada, outras receitas provenientes do aluguel dos terrenos ao redor da rodovia. A concessionária é responsável por reparar, ampliar, conservar, manter e operar as rodovias/pontes, bem como os respectivos trechos de acesso. Como parte da concessão, o poder concedente cede à concessionária os imóveis e demais bens que estavam em seu poder quando da transferência do controle, sendo responsabilidade desta zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos, além de fazer novos investimentos para a construção ou melhorias das rodovias/pontes.

Ao final do período de concessão, as melhorias efetuadas são revertidas ao poder concedente. O contrato de concessão não inclui cláusulas de renovação ou extensão.

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas. As fórmulas de reajuste das tarifas básicas são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e com as disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Para fins de apresentação, as demonstrações financeiras, incluem:

- As posições patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2001 e de 2000 e os resultados das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos e os fluxos de caixa consolidados correspondentes aos exercícios findos naquelas datas; e
- Os resultados das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos combinados correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 1999.

As demonstrações financeiras consolidadas e combinadas a incluem as seguintes companhias:

<u>Companhias</u>	<u>% de participação</u>
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	100,00
Concessionária do Sistema Anhangüera - Bandeirantes S.A.	100,00
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	100,00
Concessionária da Ponte Rio - Niterói S.A.	100,00
Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	74,24
Parque Serviços Ltda. (*)	74,24

(*) A partir de junho de 2000

Os investimentos, as correspondentes parcelas do patrimônio líquido e os demais saldos ativos e passivos entre as companhias foram eliminados nos processos de consolidação.

As participações dos minoritários no patrimônio líquido (passivo a descoberto) e no resultado foram destacadas e registradas na rubrica "Participação dos minoritários".

3. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS

Utilização de estimativas

As demonstrações financeiras elaboradas em consonância com as práticas contábeis requerem que a administração faça estimativas que podem afetar o valor de ativos e passivos reportados e a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras, e os valores de receitas e despesas reportados para o período coberto. Na elaboração dessas demonstrações financeiras, várias estimativas foram feitas pela administração, incluindo a estimativa de vida útil dos bens do ativo permanente, a razoabilidade da provisão para devedores duvidosos, passivos contingentes, provisão para perdas em imposto de renda, outras provisões e o valor de mercado dos instrumentos financeiros. Podem ocorrer diferenças entre os resultados atuais e os estimados.

Aplicações financeiras e conta reserva

Aplicações financeiras e conta reserva consistem de aplicações financeiras e investimentos de alta liquidez e são demonstradas pelo valor original acrescido do rendimento auferido até a data do balanço.

Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações e amortizações acumuladas. As principais melhorias são capitalizadas e os gastos com manutenção e reparos são debitados em despesa, quando incorridos. Os bens alocados a projetos específicos são contabilizados como obras em andamento. A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear às taxas consideradas compatíveis com a vida útil e/ou prazo de concessão dos bens. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota 5.

Provisão para férias

A Companhia provisiona os valores a pagar a funcionários relativos ao período de férias adquirido durante o ano.

Imposto de renda e contribuição social

O resultado de imposto de renda e contribuição social inclui os efeitos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os livros fiscais e societários. Os impostos diferidos ativos são reduzidos por provisões para perda quando sua realização não está razoavelmente assegurada.

Empréstimos e financiamentos de longo prazo

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo incluem juros e atualização monetária e cambial incorridos até a data do balanço.

Obrigações com o poder concedente

As obrigações com o poder concedente estão registradas pelo valor original acrescido da atualização monetária incorrida até a data do balanço, deduzidas dos pagamentos efetuados.

Provisão para contingências

A provisão para contingências está registrada pelo valor das perdas prováveis, baseado na opinião da administração e de seus consultores legais sobre o total de ações pendentes na data do balanço.

Prejuízo por ação

O prejuízo por ação em 31 de dezembro de 2001 e de 2000 foi calculado com base na quantidade de ações em circulação existentes na data do balanço. Não foi calculado o valor de 1999, uma vez que a atual estrutura corporativa da Companhia não estava em vigor nesse exercício.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais às taxas de câmbio vigentes nas datas em que são contabilizadas, e os correspondentes saldos em aberto são ajustados à taxa de câmbio vigente na data do balanço. As variações cambiais são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

Receita operacional bruta

As receitas operacionais são reconhecidas quando da utilização das rodovias e ponte.

Informações por segmento

A Companhia opera em apenas um segmento de negócios que é a exploração de rodovias e pontes. Todas as receitas são geradas pela cobrança de pedágio e exploração da faixa de domínio ao redor das rodovias.

4. CONTA RESERVA

A conta reserva é exigida como garantia dos empréstimos obtidos da IFC, do BID e do BNDES. O valor depositado é investido em aplicações financeiras de curto prazo e se torna disponível para uso da Companhia quando o empréstimo é pago, ou outra garantia é prestada. (Vide nota explicativa Nº. 8)

5. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	2001		2000	
		<u>Custo</u> <u>R\$</u>	Depreciação e amortização <u>acumuladas</u> <u>R\$</u>	<u>Líquido</u> <u>R\$</u>	<u>Líquido</u> <u>R\$</u>
Em operação:					
Transferidos do poder cedente:					
Serviços iniciais	5,0	22.069	4.046	18.023	19.126
Terraplanagem	5,6	130.233	26.550	103.683	110.924
Pavimentação	14,3	197.770	103.625	94.145	122.407
Obras de arte especiais e correntes	8,3	295.860	90.268	205.592	229.602
Sinalização e segurança	25,0	15.328	14.051	1.277	5.109
Obras complementares	6,3	7.228	1.656	5.572	6.023
Recomposição ambiental e outros	10,0	8.673	3.180	5.493	6.360
Equipamentos de arrecadação e pesagem	25,0	<u>9.500</u>	<u>8.708</u>	<u>792</u>	<u>3.167</u>
		686.661	252.084	434.577	502.718
Delegação dos serviços públicos - Intangível					
	5,0	<u>1.096.341</u>	<u>201.481</u>	<u>894.860</u>	<u>949.759</u>
		<u>1.783.002</u>	<u>453.565</u>	<u>1.329.437</u>	<u>1.452.477</u>
Adquiridos e implantados:					
Obras de arte e barreiras de concreto	5,0	352.146	70.252	281.894	96.210
Edificações, terraplanagem e drenagens	4 a 5	495.314	49.798	445.516	296.625
Pavimento e recapeamentos	12,5	512.297	122.693	389.604	170.302
Projetos e levantamentos topográficos	5,0	68.222	10.413	57.809	24.331
Serviços preliminares	5,0	35.268	6.388	28.880	11.068
Sinalização horizontal, vertical e aérea	10 a 67	163.663	67.326	96.337	85.893
Veículos e equipamentos operacionais	40,0	14.007	7.833	6.174	5.420
Outros equipamentos operacionais	10 a 20	31.674	8.093	23.581	19.010
Sistemas e subsistemas	5 a 20	161.093	38.397	122.696	106.347
Móveis, utensílios e instalações	10,0	8.712	3.252	5.460	4.602
Terrenos e outros	5,0	<u>61.270</u>	<u>10.283</u>	<u>50.987</u>	<u>18.599</u>
		<u>1.903.666</u>	<u>394.728</u>	<u>1.508.938</u>	<u>838.407</u>
Em andamento:					
Obras e construções		123.862	-	123.862	409.380
Adiantamentos		<u>1.113</u>	<u>-</u>	<u>1.113</u>	<u>290</u>
		<u>2.028.641</u>	<u>394.728</u>	<u>1.633.913</u>	<u>1.248.077</u>
Total		<u>3.811.643</u>	<u>848.293</u>	<u>2.963.350</u>	<u>2.700.554</u>

A Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. reconheceu, no ativo imobilizado, o Direito de Outorga da Concessão. Com base em Laudo de Avaliação emitido por empresa independente e especializada, segregou, do valor global (R\$ 1.721.802) entre os bens tangíveis transferidos da concessão (R\$ 686.661) e delegação dos serviços públicos - ativo intangível (R\$ 1.035.141), tendo como contrapartida obrigações com o poder concedente no passivo. A Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. reconheceu no ativo imobilizado, o valor total do Direito de Outorga da Concessão na rubrica delegação de serviços público - ativo intangível (R\$ 61.200), tendo como contrapartida obrigações com o poder concedente no passivo.

6. OBRIGAÇÃO COM O PODER CONCEDENTE

Os valores devidos, em 31 de dezembro, estão assim compostos:

	2001		2000	
	Curto prazo R\$	Longo prazo R\$	Curto prazo R\$	Longo prazo R\$
<u>Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo-Sistema Anhangüera-Bandeirantes</u>				
Valor fixo pago mensalmente durante o período de concessão, corrigido monetariamente pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) em julho de cada ano, até abril de 2018	110.449	1.749.561	101.414	1.688.405
Valor variável correspondente a 3% da receita do mês anterior	1.353	-	838	-
Outros valores vinculados à concessão pagos em parcelas mensais e iguais até outubro de 2000, corrigidos monetariamente pela variação do IGP-M em julho de cada ano	2.196	-	2.196	-
Total	<u>113.998</u>	<u>1.749.561</u>	<u>104.448</u>	<u>1.688.405</u>
<u>Governo do Estado do Rio de Janeiro - Rodovia dos Lagos</u>				
Valor pago em parcelas anuais em fevereiro de cada ano, corrigido monetariamente pela variação de índices de preços apurados pela Fundação Getúlio Vargas, até fevereiro de 2022	<u>141</u>	<u>91.033</u>	<u>141</u>	<u>84.491</u>
Total	<u>114.139</u>	<u>1.840.594</u>	<u>104.589</u>	<u>1.772.896</u>

De acordo com os termos do contrato de concessão relativo ao sistema Anhangüera - Bandeirantes, a Companhia deverá pagar mensalmente o valor correspondente a 3% da receita bruta do mês anterior. Os valores registrados no resultado em 2001, 2000 e em 1999 foram de R\$ 11.596, R\$ 8.411 e em R\$ 7.351, respectivamente.

Com a aquisição da concessão do sistema Anhangüera - Bandeirantes, a Companhia assumiu certas obrigações com terceiros pela prestação de serviços, as quais foram substancialmente pagas, exceto pelo saldo remanescente em 31 de dezembro de 2001. Esse saldo permanece em aberto em função da discussão entre as partes sobre o critério de atualização monetária utilizado.

Em 31 de dezembro de 2001, os pagamentos de longo prazo, sujeitos a atualização monetária conforme discutido acima, estão assim distribuídos:

	<u>R\$</u>
2003	114.243
2004	114.243
2005	114.243
2006	114.243
2007	114.243
Após 2007	<u>1.269.379</u>
Total	<u>1.840.594</u>

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS DE CURTO PRAZO

A Companhia captou empréstimos e financiamentos de curto prazo com vários bancos comerciais para financiar suas operações. Em 31 de dezembro de 2000, os saldos de empréstimos e financiamentos de curto prazo eram de R\$ 158.351, e aproximadamente R\$ 56.754 dos contratos eram denominados em dólares americanos. Os empréstimos e financiamentos denominados em reais estavam sujeitos a taxas de juros variáveis, e os em dólar, taxas de juros fixas. Para os contratos em reais, as taxas variavam de 1% a 7,5% acima do CDI. Para os contratos em dólares, as taxas de juros fixas variavam de 12,9% a 17,5% ao ano.

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS DE LONGO PRAZO

Os valores devidos, em 31 de dezembro, estão assim compostos:

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>Pagamentos até</u>	<u>2001</u>		<u>2000</u>	
			<u>Curto</u>	<u>Longo</u>	<u>Curto</u>	<u>Longo</u>
			<u>prazo</u>	<u>prazo</u>	<u>prazo</u>	<u>Prazo</u>
			<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>Em reais</u>						
BNDES (2), (3)	TJLP + 5% a 5,5% a.a.	Fevereiro de 2012	44.673	442.378	33.540	324.875
Finame	TJLP + 4% a 4,3% a.a.	Julho de 2003	606	270	816	845
Banco Volkswagen S.A.	TJLP + 12% a.a.	Agosto de 2004	14	21	7	35
Debêntures	CDI + 1% a.a. e IGPM + 11% a.a.	Maior de 2010	<u>36.077</u>	<u>126.930</u>	<u>32.073</u>	<u>64.146</u>
Total			<u>81.370</u>	<u>569.599</u>	<u>66.436</u>	<u>389.901</u>
<u>Em dólares</u>						
IFC (2), (3)	LIBOR + 3,5% a 4,625% a.a.	Fevereiro de 2012	50.377	255.793	45.667	230.724
BID (3)	LIBOR + 4,25% a 4,625% a.a.	Fevereiro de 2012	8.205	235.019	7.349	169.411
Credit Lyonnais (1)	LIBOR + 1% a.a.	Março de 2005	8.946	12.521	7.724	18.002
COFACE	LIBOR + 0,75% a.a.	Maior de 2004	1.681	2.495	1.434	3.586
BNDES	5,5% a.a.	Janeiro de 2011	67	7.700	-	-
NEC do Brasil	LIBOR + 2,5% a.a.	Fevereiro de 2001	-	-	1.703	-
Amtech Corporation	11% a.a.	Março de 2002	239	-	330	-
BCN	9,8% a.a.	Agosto de 2003	-	<u>22.836</u>	-	-
Total			<u>69.515</u>	<u>536.364</u>	<u>64.207</u>	<u>421.723</u>
Total			<u>150.885</u>	<u>1.105.963</u>	<u>130.643</u>	<u>811.624</u>

TJLP (“Taxa de Juros de Longo Prazo”) é a taxa de juros de longo prazo aplicada no Brasil, determinada trimestralmente pelo Banco Central do Brasil. Na hipótese de a TJLP exceder a 6% ao ano, o diferencial é adicionado ao valor do principal em aberto. Em 31 de dezembro de 2001, a TJLP era de 10% ao ano.

CDI (“Certificados de Depósitos Interbancários”) é a taxa cobrada pelos bancos em operações interbancárias. Em 31 de dezembro de 2001, a taxa do CDI era de 19,02% ao ano.

LIBOR (“London Interbank Offered Rate”) em 31 de dezembro de 2001 era de 2,37% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2001, os pagamentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo estavam assim distribuídos:

	<u>R\$</u>
2003	214.459
2004	185.839
2005	150.355
2006	134.886
2007	112.151
Após 2007	<u>308.273</u>
Total	<u>1.105.963</u>

Em razão do grande porte de seus projetos, as controladas vêm estruturando parte significativa de seus financiamentos no modelo de “*project finance*”, com garantias reduzidas (também chamadas de regresso limitado) da Companhia e dos acionistas. As garantias dos financiamentos após, o “*financial completion*”, são baseadas nas receitas das Concessionárias, na caução das ações da Concessionária, na cessão das indenizações de seguros e eventuais indenizações por parte do poder concedente. O conceito de regresso limitado só é aplicado no caso de encampação da concessão por parte do poder concedente por inadimplência no cumprimento das obrigações contratuais. Neste caso os patrocinadores do projeto (acionistas da CCR) estão obrigados a suportar eventual diferença entre a indenização recebida do poder concedente e o saldo do financiamento.

- (1) Os empréstimos são garantidos pelos acionistas e pelo Banco BCN S.A;
- (2) Os empréstimos a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (“Dutra”) da IFC no valor de R\$ 177.238 e do BNDES no valor de R\$ 130.355 são garantidos por 49,95% do total das ações ordinárias (41.256.773 ações) e 100% das ações preferenciais (82.513.531) da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

- (3) As concessionárias mutuárias estão sujeitas às seguintes exigências de garantia e cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com a IFC, o BNDES e o BID, tais como:

AutoBAn e Dutra

- Caução em 1º. grau sobre as receitas futuras;
- Constituir hipoteca para todos os bens móveis adquiridos na concessão;
- Fazer seguro de todos os seus ativos;
- Não obter novos empréstimos de terceiros, sem a anuência do financiador;
- Não vender todos os seus ativos ou parte substancial destes;
- Não declarar ou pagar aos acionistas dividendos ou qualquer tipo de distribuição se não atingir índices financeiros exigidos no Contrato sobre Termos Comuns; e
- Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,3.

Dutra

(lucro líquido + depreciação + amortização + despesas e receitas não monetárias + juros + fees e outros débitos relacionados a dívida) ÷ serviço da dívida do referente período

AutoBAn

(lucro líquido + depreciação + amortização + despesas e receitas não monetárias - pagamento do direito de outorga + juros (dívida e dívida subordinada) - investimento + variação do capital de giro) ÷ serviço da dívida

Coefficiente de endividamento de longo prazo (dívida de longo prazo ÷ patrimônio líquido)

Dutra menor ou igual a 1,5

AutoBAn menor ou igual a 2,0 para atingir “financial completion” e, após, menor ou igual a 1,5

Coefficiente de liquidez (ativo circulante ÷ passivo circulante) Dutra - maior do que 0,8

AutoBAn maior do que 0,9

- Efetuar depósito trimestral equivalente a US\$ 2.000.000 (Dutra) e US\$ 3.520.000 (AutoBAn) na conta reserva até o limite de US\$ 36.000.000 (Dutra) e US\$ 35.200.000 (AutoBAn), ou prestar outra forma de garantia no mesmo montante.

AutoBAn

- Não distribuir lucros, exceto quando determinado por lei ou acordos sindicais;
- Não vender qualquer imobilizado, receita ou outro ativo, exceto em circunstâncias previstas no contrato;
- Não incorrer em despesas acima de US\$ 2.000.000 que não sejam relativas ao projeto;
- Não assumir contratos de leasing para a compra de ativos com pagamentos acima de US\$ 2.500.000 por ano; e
- Investir seus recursos financeiros apenas em fundos de aplicações financeiras e não emprestar ou adiantar recursos ou assumir outros tipos de investimentos.

Via Lagos

- Seguro de todos os ativos;
- Não declarar ou pagar dividendos ou fazer qualquer outro tipo de distribuição aos acionistas a menos que:

- Coeficiente de serviço da dívida da concessionária durante o período anterior de doze meses determinado, conforme abaixo, tenha sido maior que 3;

Fluxo de caixa livre ÷ serviço da dívida

Fluxo de caixa livre: EBITDA - investimento - variação no capital de giro - impostos - pagamento da outorga - conta reserva + receita financeira

Serviço da dívida: Todo endividamento sênior, ou seja, todo endividamento com BNDES e BID, devido nos próximos 12 meses

- Coeficiente de endividamento da concessionária, determinado conforme abaixo, seja menor que 65%;

Dívida ÷ patrimônio líquido

Dívida: Todas as obrigações de pagamento ou reembolso.

Patrimônio líquido: patrimônio líquido, contribuição de capital irrevogável, dívidas subordinadas e outras formas de contribuição de capital.

- Os pagamentos periódicos de serviço da dívida (principal e juros) tenham sido efetuados.
- Não incorrer em gastos ou compromissos relacionados com ativo imobilizado e outros ativos não-circulantes que excedam US\$ 500.000;
- Não incorrer, assumir ou permitir a existência de dívida, com exceção de:
 - financiamento do BID;
 - dívida a curto prazo não superior a US\$ 5.000.000;
 - dívida subordinada relacionada com manutenção de projetos ou investimentos adicionais; e
 - dívida assumida para financiar mudanças nos projetos, solicitadas e aprovadas pelo poder concedente e aceitas pela concessionária através de alteração do contrato de concessão e que envolverá aumento de tarifa ou outra forma de remuneração;
- Não é permitido que financiamento do BID seja subordinado a qualquer outra dívida;
- Não é permitido qualquer ônus sobre quaisquer ativos e receitas, no presente ou no futuro, exceto especificações no contrato de financiamento;
- Não vender, transferir ou alienar ativos superiores a US\$ 100.000;
- Não pagar antecipadamente ou resgatar qualquer dívida a longo prazo, exceto financiamento do BID, a não ser que a dívida a longo prazo seja refinanciada em condições equivalentes ou mais favoráveis.

9. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As controladas contratam, diretamente ou através do consórcio, serviços dos acionistas da Companhia ou de outras companhias controladas ou afiliadas desses acionistas. As transações do exercício e os saldos em 31 de dezembro são compostos por:

	Consolidado								
	Saldos					Transações			
	Ativo circulante	Passivo circulante		Exigível a longo prazo		Custo dos serviços prestados	Imobilizado	Outras despesas operacionais	Outras receitas operacionais
R\$	Mútuo (1)	Fornecedores	Mútuo (2)	Fornecedores	R\$	R\$	R\$	R\$	
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Camargo Corrêa S.A.		17.843		11.858					
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.			1.152		720			2.625	
Construtora Andrade Gutierrez S.A.		20.204	2.656	11.858	777		18.553	2.963	
Serveng-Civilsan S.A.- Empresas Associadas de Engenharia		14.455	169	8.605	476		11.765	2.084	
Construtora Castilho de Porto Alegre S.A.			115					9	
Construtora Norberto Odebrecht S.A.			1.182				1.872	85	
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.		20.257						296	
COPER-Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra			8.160			97.125			
Camargo Corrêa Transportes S.A.		2.085					3.629	337	
Cesbe S.A. - Engenharia e Empreendimentos			97					7	
Odebrecht Serviços de Infra-estrutura S.A.		19.899		11.858	714			2.878	
SVE Participações S.A.	500	167						17	
J. Malucelli Construtora de Obras Ltda.			97					428	
Trapézio Engenharia S.A.		30						4	
Consórcio Construban	73		14.634				324.470		
Consórcio Construtor Parques	686		14.426				95.443		
Servix Engenharia S.A.		3.478		2.115	109			495	
Via Engenharia		2.420		1.482	76			349	
Consórcio Construtor Via Lagos					1.175				
Consórcio Operador Parques	1.342		3.742						
Total 2001	<u>2.601</u>	<u>100.838</u>	<u>46.430</u>	<u>47.776</u>	<u>4.047</u>	<u>97.125</u>	<u>455.732</u>	<u>12.577</u>	<u>-</u>
Total 2000	<u>19</u>	<u>26.453</u>	<u>60.021</u>	<u>2.719</u>	<u>4.066</u>	<u>93.076</u>	<u>419.480</u>	<u>2.904</u>	<u>2.900</u>
Total 1999						<u>80.039</u>	<u>196.968</u>	<u>6.767</u>	

Os valores e a remuneração dos serviços prestados às concessionárias por partes relacionadas foram estabelecidos, principalmente, com base nos valores orçados, quando da preparação do plano para exploração das concessões.

(1) Remunerados pela variação do CDI mais juros de 1% ao ano.

(2) Remunerados pela variação do IGP-M mais juros de 12% ao ano.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Exposição a riscos cambiais

A Companhia utiliza empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos para financiar suas operações, incluindo o fluxo de caixa e financiamento dos projetos de melhorias. Parte dos empréstimos de curto e longo prazo é vinculada ao dólar americano equivalente, em 31 de dezembro de 2001, a R\$ 605.879 (nota explicativa nº. 8). Deste valor, R\$ 583.043 estão expostos a variações desfavoráveis nas taxas de câmbio. A Companhia não tem feito operações de “*hedge*” para financiamentos de prazo superior a três anos, por considerar o custo muito elevado em relação aos possíveis benefícios.

Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionada às variações (1) da LIBOR relativa a empréstimos denominados em dólares norte-americano, (2) da TJLP e do CDI relativo a empréstimos em reais. A taxa de juros nas aplicações financeiras são na sua maioria vinculadas a variação do CDI.

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras, conta reserva e outras contas a receber.

A Companhia mantém o caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras e conta reserva com instituições financeiras de grande porte.

Valor de mercado de instrumentos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro estão demonstrados a seguir:

	2001		2000	
	Valor contábil R\$	Valor de mercado R\$	Valor contábil R\$	Valor de mercado R\$
Caixa e bancos	35.215	35.215	28.194	28.194
Aplicações financeiras	32.302	32.302	43.347	43.347
Conta reserva	11.697	11.697	41.181	41.181
Obrigações com o poder cedente (incluindo parcela de curto prazo)	1.954.733	-	1.877.485	-
Empréstimos e financiamentos (incluindo os de curto prazo)	1.256.848	1.256.848	1.100.618	1.100.618
Mútuos com partes relacionadas (incluindo os de curto prazo)	148.614	148.614	29.172	29.172

Os valores de mercado informados em 31 de dezembro de 2001 e de 2000 não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como: taxas de juros e alíquotas de impostos, e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- Caixa e bancos, aplicações financeiras e conta reserva - os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em função do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- Empréstimos e financiamentos e mútuos com partes relacionadas - O método de mensuração do valor de mercado foi apurado considerando-se a expectativa de liquidação e as taxas de mercado vigentes na data do balanço e o valor de mercado se aproxima do valor contábil reportado no balanço.
- Obrigações com o poder concedente - conforme descrito na nota explicativa nº. 6, são ajustadas pela inflação com base na variação do IGP-M. Uma vez que essas transações não são negociadas no mercado, não é praticável estimar seu valor de mercado.

11. PASSIVO A DESCOBERTO

As demonstrações financeiras consolidadas refletem o patrimônio líquido da Companhia e de suas controladas, após a determinação da participação dos minoritários nessas controladas.

a) Capital

O capital social é representado por 67.854.402 ações ordinárias e sem valor nominal, (em 2000, 7.148.386 ações, sendo 3.574.193 ações ordinárias e 3.574.193 ações preferenciais).

Em 28 de junho de 2001, a Companhia aumentou seu capital em R\$ 67.004, através da emissão de 195.496 ações preferenciais e 195.796 ações ordinárias. O aumento de capital foi integralizado pelos acionistas já existentes.

Em 20 de novembro de 2001, a Companhia converteu a totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias. E, desdobrou as ações existentes, passando cada ação existente a ser representada por 9 (nove) ações ordinárias.

b) Dividendos

O estatuto da Companhia prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.

12. COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas estão questionando o pagamento de certos impostos e contribuições e efetuaram depósitos judiciais equivalentes ao total ou parte dos valores pendentes de decisão judicial. As perdas prováveis, registradas como passivo com base em opinião dos consultores legais da Companhia, estão resumidas abaixo:

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
PIS	5.697	3.077
COFINS	18.362	9.684
ISS	493	1.766
Outros	<u>1.255</u>	<u>928</u>
	<u>25.807</u>	<u>15.455</u>

Com base na opinião de seus consultores legais, a administração acredita que a provisão para contingências é suficiente para cobrir as perdas que eventualmente ocorrerem, e que a decisão final não afetará significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira consolidada e o resultado das operações da Companhia.

Compromissos relativos às concessões

Além dos pagamentos aos poderes concedentes, as controladas da Companhia têm obrigação de melhorar e expandir as rodovias. Em 31 de dezembro de 2001, essas obrigações estavam estimadas em R\$ 2.314.738, e os planos de investimentos para os próximos três anos, em:

	<u>R\$</u>
	(não auditado)
2002	229.798
2003	141.692
2004	<u>114.971</u>
Total	<u>486.461</u>

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Alíquotas

As alíquotas vigentes para os exercícios são as seguintes:

	<u>2001</u>		<u>2000</u>		<u>1999</u>	
	<u>Período</u>	<u>Alíquota</u>	<u>Período</u>	<u>Alíquota</u>	<u>Período</u>	<u>Alíquota</u>
Imposto de renda	Jan. a dez.	25%	Jan. a dez.	25%	Jan. a dez.	25%
Contribuição social	Jan. a dez.	9%	Janeiro	12%	Jan. a abr.	8%
			Fev. a dez.	9%	Mai. a dez.	12%
Taxa "combinada"	Jan. a dez.	34%	Jan. a dez.	34,25%	Jan. a dez	35,7%

Reconciliação dos impostos

A despesa de imposto de renda e contribuição social está reconciliada com a alíquota de imposto, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2001</u>	<u>2000</u>	<u>1999</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e participações de funcionários e dos minoritários	(173.057)	(152.479)	(420.131)
Taxa estatutária de imposto de renda	<u>34%</u>	<u>34,25%</u>	<u>35,7%</u>
Benefício de imposto de renda conforme a alíquota vigente	58.839	52.224	149.986
Ajustes para a alíquota efetiva:			
Participação dos funcionários		218	232
Constituição (reversão) de provisão para perda	(6.593)	24.591	(26.532)
Efeito de taxas diferenciadas utilizadas para registrar o imposto de renda diferido ativo (a)	(1.730)	(1.906)	(11.343)
Outros	<u>(2.155)</u>	<u>(357)</u>	<u>(581)</u>
Benefício (despesa) de imposto de renda	<u>48.361</u>	<u>74.770</u>	<u>111.762</u>

- (a) O cálculo do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais foi efetuado utilizando-se da alíquota de 33% com base em mudanças na alíquota previstas em lei para exercícios futuros, quando a administração espera realizar tais benefícios fiscais.

Os principais itens das contas de imposto de renda diferido são:

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Imposto de renda diferido - ativo		
Prejuízos fiscais	261.741	202.845
Provisão para perda	<u>(9.024)</u>	<u>(2.431)</u>
Imposto de renda diferido ativo, líquido da provisão para perda, longo prazo	<u>252.717</u>	<u>200.414</u>

O valor consolidado do ativo fiscal diferido origina-se substancialmente de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, os quais não possuem prazo de prescrição e podem ser compensados em até 30% do lucro tributável da Companhia que o gerou. O imposto de renda diferido ativo consolidado é representado por:

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.	190.683	140.024
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	7.351	7.966
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	20.964	18.623
Concessionária da Ponte Rio - Niterói S.A.	4.764	4.846
Rodonorte Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	<u>28.955</u>	<u>28.955</u>
Total	<u>252.717</u>	<u>200.414</u>

O ativo fiscal diferido tem sido reconhecido pela administração das controladas, com base nas projeções de seus resultados, na origem dos prejuízos e na análise da situação das respectivas concessões no momento dos encerramentos de balanços.

Em outubro de 2001, a administração da Companhia revisou as projeções de lucro de cada uma das cinco concessionárias, considerando os resultados reais até setembro de 2001. Essas projeções foram efetuadas para um período de cinco anos. Com base nessas projeções e na expectativa de amadurecimento dos investimentos das controladas com a redução de seu endividamento, a administração acredita que as operações gerarão lucro tributável suficiente para consumir seu ativo fiscal diferido nos próximos 10 anos. Essa estimativa de realização contempla o uso do ativo fiscal diferido limitado a 30% do lucro tributável, conforme determina a legislação vigente.

Como parte da análise, a administração revisou as premissas macro-econômicas consideradas nas projeções, o crescimento das receitas em função da evolução de tráfego de cada uma das concessionárias e dos reajustes anuais das tarifas de pedágio previstos nos contratos de concessão.

Levou-se também em conta que os prejuízos fiscais que geraram o ativo fiscal diferido têm causas claramente identificadas e não são recorrentes. Tais prejuízos são decorrentes de:

- perda cambial nos empréstimos em moeda estrangeira ocorrida em virtude da maxi-desvalorização do real ocorrida em 1999; e
- no caso específico da Rodonorte, redução em 50% das tarifas decidida pelo governo do Estado.

A Rodonorte registrou no segundo trimestre de 2000 um acréscimo de R\$ 28.233 ao ativo fiscal diferido relativo substancialmente ao prejuízo fiscal de períodos anteriores. Tal ativo não havia sido reconhecido anteriormente, pois não havia então expectativa de lucro tributável futuro, em face do litígio judicial decorrente do ato unilateral do governo do Estado do Paraná de redução das tarifas de pedágio desde julho de 1998. Entretanto, um aditivo contratual firmado em 22 de março de 2000 restabeleceu a tarifa e reequilibrou o contrato de concessão. Foi efetuada então uma atualização das projeções de rentabilidade futura que permitiu concluir sobre a capacidade de absorção dos prejuízos fiscais anteriores, e houve o conseqüente registro do ativo fiscal diferido.

14. REDUÇÃO UNILATERAL DE TARIFA DE PEDÁGIO

Em 20 de julho de 1998, em ato unilateral, a tarifa cobrada a título de pedágio pela Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. foi reduzida, em média, 50% em relação ao valor inicial cobrado. Em 13 de agosto de 1998, a controlada, em conjunto com as demais concessionárias de rodovias do Estado do Paraná, ajuizou ação ordinária (com pedido de antecipação de tutela), requerendo a anulação das mudanças realizadas no contrato de concessão das rodovias, pois estas tiveram impacto negativo no equilíbrio econômico-financeiro no qual a concessão é baseada.

Em 28 de agosto de 1998, foi concedida injunção do Tribunal Federal que suspende a obrigação da Rodonorte de fazer os investimentos determinados no acordo de concessão. Em 17 de dezembro de 1999, a Rodonorte e demais concessionárias obtiveram tutela antecipatória concedendo o direito do retorno das tarifas aos valores anteriores ao ato unilateral do Governo do Estado do Paraná, além da atualização monetária estabelecidas no edital de concessão. O governo do Estado do Paraná apelou, porém não obteve sucesso. Em 22 de março de 2000, a Companhia e o Governo do Estado do Paraná, com a anuência da União, através do DNER, firmaram acordo nos autos do processo, encerrando a pendência judicial. As tarifas de pedágio de veículos pesados com mais de dois eixos continuam com 18% de desconto. Como compensação para essa redução e a anterior redução de tarifas em geral, a Rodonorte poderá reduzir seus investimentos na rodovia.

Em 24 de março de 2000, a Primeiro Tribunal Federal do Estado do Paraná aprovou a ação. Entretanto, o Procuradoria do Estado do Paraná apresentou apelação em 18 de maio de 2000, buscando (a) a anulação da ação, com base na reclamação de que a Procuradoria não teve a oportunidade de participar da ação, conforme requerido por lei; ou (b) a redução da tarifa em 50%, conforme anteriormente determinado. Até a apelação ser julgada, os termos da ação não estarão em vigor. As tarifas de pedágio estão sendo cobradas com base no acordo com o Estado do Paraná de 3 de maio de 2000.

15. SUMÁRIO DAS DIFERENÇAS ENTRE A LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA E O U.S. GAAP

As práticas contábeis adotadas pela Companhia estão em conformidade com os práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira ("Legislação Societária"). As práticas contábeis que diferem significativamente dos princípios contábeis aceitos nos Estados Unidos da América (U.S. GAAP) estão descritas abaixo:

Crítérios diferentes de capitalização e amortização de juros

Pela Legislação Societária, a Companhia não capitaliza os juros incorridos durante o período de construção de suas obras em andamento.

Para U.S. GAAP, de acordo com o pronunciamento (SFAS) No. 34 - Capitalization of Interest Costs, os juros incorridos com empréstimos devem ser capitalizados desde que tais empréstimos não ultrapassem o valor das obras em andamento. Nos exercícios cujo total de empréstimos excede o total de obras em andamento, os juros capitalizados são reduzidos proporcionalmente. O crédito reflete-se como uma redução das despesas financeiras. De acordo com os princípios contábeis americanos, o montante de juros a ser capitalizado deve excluir ganhos monetários associados aos empréstimos e ganhos e/ou perdas de variação cambial em empréstimos em moeda estrangeira.

Os efeitos, no final de cada exercício, dessas diferenças de critérios de capitalização e amortização dos juros são apresentados a seguir:

	<u>2001</u> R\$	<u>2000</u> R\$	<u>1999</u> R\$
Diferença de juros capitalizados:			
Juros capitalizados conforme o U.S. GAAP			
Juros que seriam capitalizados e creditados ao resultado do U.S. GAAP	53.161	36.282	22.671
Juros capitalizados conforme Legislação Societária	-	-	-
Diferença de U.S. GAAP	<u>53.161</u>	<u>36.282</u>	<u>22.671</u>
Diferença da amortização dos juros capitalizados no exercício:			
Legislação Societária	(5.442)	(2.804)	(1.101)
U.S. GAAP	-	-	-
Diferença de U.S. GAAP	<u>(5.442)</u>	<u>(2.804)</u>	<u>(1.101)</u>

Diferença de critério na contabilização dos direitos de concessão e obrigações com o poder cedente

Conforme a Legislação Societária, a Companhia não reconheceu o direito de concessão adquirido da autoridade concedente e respectiva obrigação com esta autoridade ajustados a valor presente.

No U.S. GAAP, conforme o APB 21 “Interest on receivables and payables”, o valor original das obrigações e dos direitos de concessão deveria ser ajustado a valor presente. Conforme o U.S. GAAP, o valor registrado deveria ser R\$ 605.060 a menor do que aquele registrado pela Legislação Societária. Em exercícios subsequentes, em virtude do valor original registrado ser diferente, os valores relativos a atualização monetária dos direitos de concessão e das obrigações também seriam diferentes para o U.S. GAAP. Adicionalmente, ao final de cada exercício haveria ainda a despesa de juros para reconhecer o valor presente das obrigações.

Os efeitos, no final de cada exercício, das diferenças de critério acima seriam:

	<u>2001</u> R\$	<u>2000</u> R\$	<u>1999</u> R\$
Variação monetária registrada:			
De acordo com a Legislação Societária	(179.998)	(166.173)	(303.312)
De acordo com o U.S. GAAP	<u>(113.719)</u>	<u>(102.730)</u>	<u>(190.741)</u>
Diferença de U.S. GAAP	<u>66.279</u>	<u>63.443</u>	<u>112.571</u>
Despesa de juros sobre as obrigações com poder concedente:			
De acordo com a Legislação Societária	-	-	-
De acordo com o U.S. GAAP	<u>(66.032)</u>	<u>(61.951)</u>	<u>(54.256)</u>
Diferença de U.S. GAAP	<u>(66.032)</u>	<u>(61.951)</u>	<u>(54.256)</u>
Amortização dos direitos de concessão:			
De acordo com a Legislação Societária	(123.040)	(123.040)	(123.040)
De acordo com o U.S. GAAP	<u>(93.153)</u>	<u>(93.153)</u>	<u>(93.153)</u>
Diferença de U.S. GAAP	<u>29.887</u>	<u>29.887</u>	<u>29.887</u>

Requisitos para divulgação

As exigências do U.S. GAAP quanto à divulgação diferem das exigidas pela Legislação Societária. Entretanto, nestas demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas informações adicionais para atender às exigências do U.S. GAAP.

Caixa e equivalentes a caixa

De acordo com a legislação societária, as aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, são demonstradas como aplicações financeiras. De acordo com o U.S. GAAP, estes valores são demonstrados juntamente com os valores disponíveis em caixa e bancos, na rubrica caixa e equivalentes a caixa. Em 31 de dezembro de 2001, os saldos de caixa e equivalentes a caixa e aplicações financeiras de acordo com U.S. GAAP são, respectivamente, R\$ 56.929 (2000, R\$ 67.196) e R\$ 10.588 (2000, R\$ 4.345).

Receita (despesa) com juros

Conforme a Legislação Societária, as despesas/receitas com juros, incluindo as variações cambiais e monetárias, são tratadas como despesas operacionais. De acordo com o U.S. GAAP, tais despesas/receitas devem ser demonstradas após as despesas operacionais.

Participação dos empregados no resultado

A Legislação Societária determina que a participação nos lucros seja demonstrada como uma apropriação do lucro líquido do exercício. De acordo com o U.S. GAAP, tal despesa seria incluída como resultado operacional.

Ativo permanente

A Legislação Societária contempla um grupo de ativo denominado ativo permanente. Este grupo é constituído por todos os ativos que eram sujeitos a correção monetária até 1995, calculada de acordo com as normas fiscais e societárias brasileiras. De acordo com o U.S. GAAP, os ativos desse gênero deveriam ser classificados como ativos de longo prazo.

Conforme a Legislação Societária, os ganhos e perdas na venda de ativos permanentes são classificados como resultado não operacional; porém pelo U.S. GAAP, esses ganhos ou perdas são classificados no resultado operacional.

Prejuízo por ação

Os cálculos do prejuízo líquido por ação para a Legislação Societária foram determinados com base no número de ações em circulação no final do exercício, e não estabelece distinção entre ações preferenciais e ordinárias. O prejuízo por ação não foi apresentado para o ano de 1999, visto que a estruturação atual do capital da Companhia não existia nesse período. De acordo com o U.S. GAAP (SFAS n.º 128, "Earnings per Share"), o cálculo deve ser efetuado utilizando-se da média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui nenhuma diluição potencial de títulos.

Impostos diferidos

Conforme a Legislação Societária, a Companhia registra imposto de renda diferido sobre as diferenças temporárias entre os livros contábeis e fiscais. O imposto de renda diferido é apresentado líquido de provisão para perda, quando necessário. A provisão para perda é determinada quando a administração considera a realização do ativo como improvável. As práticas da Legislação Societária estão significativamente em conformidade com o SFAS No. 109, "Accounting for Income Taxes", conforme descrito abaixo. Adicionalmente, o imposto de renda diferido é demonstrado por seu valor bruto.

Conforme o U.S. GAAP, o imposto de renda diferido é apresentado líquido e não por seu valor bruto. Adicionalmente, para o U.S. GAAP, o imposto de renda diferido ativo e passivo é classificado entre circulante e longo prazo com base na classificação do ativo e passivo que geram a diferença temporária.

Valorização dos ativos de longa duração

Para fins de U.S. GAAP, a Companhia segue o SFAS No. 121 "Contabilização da Desvalorização dos Ativos de Longa Duração a Serem Alienados". De acordo com esse pronunciamento, a Companhia periodicamente avalia os valores contábeis dos ativos de longa duração a serem mantidos ou usados, sempre que algum evento ou circunstância demande tal revisão. A provisão para desvalorização dos ativos de longa duração deverá ser constituída sempre que o valor contábil de um ativo de longa duração for maior que o fluxo de caixa não descontado estimado para esse ativo. A adoção desse pronunciamento não teve efeito material nos resultados e situação financeira da Companhia. A Legislação Societária não exige que sejam computados os fluxos de caixa na determinação da necessidade de provisão.

Ativo diferido

Conforme a Legislação Societária, a Companhia capitaliza despesas relativas ao início de suas operações e as amortiza pelo método linear em um período de cinco anos.

Conforme o U.S. GAAP, essas despesas são lançadas no resultado quando incorridas, conforme o SOP No. 98-5, "Reporting on the Costs of Start-Up Activities".

Participação dos minoritários

Conforme a Legislação Societária, a Companhia atribui aos minoritários sua parcela nos prejuízos, quando aplicável.

Conforme o U.S. GAAP, os minoritários recebem sua parcela de prejuízos até o limite de sua participação nos ativos líquidos. Nessa situação, quando o prejuízo acumulado de uma controlada é maior do que a participação dos minoritários, o saldo remanescente do prejuízo é classificado como parte do prejuízo consolidado atribuído à controladora.

Reconciliação do prejuízo líquido apurado de acordo com o U.S. GAAP e o de acordo com a Legislação Societária:

	<u>2001</u> R\$	<u>2000</u> R\$	<u>1999</u>
Conforme estas demonstrações financeiras	(125.389)	(84.629)	(288.688)
Mais (menos):			
Diferença de critério de:			
Juros capitalizados	53.161	36.282	22.671
Amortização de juros capitalizados	(5.442)	(2.804)	(1.101)
Constituição de despesas diferidas	(2.009)	-	-
Reversão - amortização de despesas diferidas	8.926	11.662	11.694
Contabilização dos direitos de concessão e obrigações com o poder concedente:			
• Variação monetária sobre as obrigações	66.279	63.443	112.571
• Despesa com juros sobre as obrigações	(66.032)	(61.951)	(54.256)
• Amortização dos direitos de concessão	29.887	29.887	29.887
Imposto de renda diferido sobre os ajustes acima	(27.974)	(25.251)	(40.083)
Participação dos minoritários	<u>1.946</u>	<u>6.259</u>	<u>(9.042)</u>
Prejuízo pelo U.S. GAAP	<u>(66.647)</u>	<u>(27.102)</u>	<u>216.347</u>
Cálculo do prejuízo por ação			
Perda atribuível às ações ordinárias	(66.647)	(27.102)	(216,347)
Prejuízo por ação	(1,81)	(0,84)	(6,73)
Média ponderada da ações ordinárias em circulação	36.875.341	32.167.737	32,167,737

O cálculo do prejuízo por ação para 2000 e 1999 foi feito, com relação ao montante reportado anteriormente para prover o efeito retroativo de 1 para 9, da divisão das ações ordinárias que ocorreu em 28 de novembro de 2001 e para corrigir o montante da perda atribuída aos acionistas ordinários.

Reconciliação do patrimônio líquido (passivo a descoberto) apurado de acordo com o U.S. GAAP e o de acordo com a Legislação Societária:

	<u>2001</u> R\$	<u>2000</u> R\$
Conforme estas demonstrações financeiras	(130.466)	(72.081)
Mais (menos):		
Diferença de critério de:		
Juros capitalizados	132.816	79.655
Amortização de juros capitalizados	(10.365)	(4.923)
Reversão de ativo diferido	(14.823)	(21.740)
Contabilização dos direitos de concessão e obrigações com o poder concedente:		
• Variação monetária sobre as obrigações	252.179	185.900
• Despesa com juros sobre as obrigações	(217.997)	(151.965)
• Redução da amortização dos direitos de concessão	110.831	80.944
Imposto de renda diferido sobre os ajustes acima	(83.372)	(55.398)
Participação dos minoritários	<u>(837)</u>	<u>(2.783)</u>
Patrimônio líquido pelo U.S. GAAP	<u>37.966</u>	<u>37.609</u>
Informação suplementar:		
Total dos ativos pelo U.S. GAAP	2.903.606	2.545.573
Passivo circulante	485.137	539.344
Exigível a longo prazo	2.373.235	1.968.620
Permanente	2.591.572	2.251.169

Demonstração das mutações do patrimônio líquido conforme o U.S. GAAP para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2000 e de 2001:

	<u>R\$</u>
Saldos em 31 de dezembro de 1999	64.711
Prejuízo líquido	<u>(27.102)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2000	37.609
Aumento de capital	67.004
Prejuízo líquido	<u>(66.647)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2001	<u>37.966</u>

16. NOVOS PRONUCIAMENTOS CONTÁBEIS

Em junho de 1998, o FASB emitiu a Exposição de Normas de Contabilidade Financeira No. 133 (“SFAS 133”), “Contabilização de Instrumentos de Derivativos e Atividades de Hedging”, que estabelece normas sobre apresentação e contabilização de instrumentos derivativos e atividades de hedging, exigindo que todos os derivativos sejam registrados no ativo ou passivo do balanço patrimonial a valores realizáveis. O SFAS 133 exige que eventuais mudanças no valor de realização dos derivativos sejam reconhecidas no lucro, no tempo de sua ocorrência, a menos que se adotem critérios específicos para contabilização de hedge. Em junho de 2000, o FASB emitiu a Exposição de Normas de Contabilidade Financeira No. 138 (“SFAS 138”), alterando normas estabelecidas no SFAS 133, aplicáveis a determinados instrumentos derivativos e determinadas atividades de hedging. O SFAS 133, alterado pelo SFAS 138, deve ser aplicado a exercícios fiscais subsequentes a 15 de junho de 2000, sem efeito retroativo sobre demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

A Companhia adotou o SFAS 133, alterado pelo SFAS 138, em 1º de janeiro de 2001. A implementação do SFAS 133 não afetou os resultados das operações nem o patrimônio líquido da Companhia.

Em junho de 2001, o FASB aprovou o Pronunciamento No. 141, “Fusões, Incorporações e Outras Formas de Combinações de Empresas”; o Pronunciamento no. 142, “Ágio e Ativos Intangíveis”, e o Pronunciamento no. 143, “Contabilização de Obrigações Relacionadas com Baixa de Ativos”.

O SFAS 141 trata de questões relacionadas com a emissão de relatórios financeiros aplicáveis a combinações de empresas. Aplica-se a todas as combinações de empresas iniciadas após 30 de junho de 2001, e estabelece que todas as combinações de empresas posteriores a essa data sejam contabilizadas pelo método de compra. O SFAS 141 não tem efeito sobre combinações de empresas anteriores a essa data, contabilizadas pelo método de fusão de interesses. O SFAS 141 não afetará nem os resultados das operações nem o posição patrimonial líquido da Companhia, para de combinações de empresas efetuadas anteriores a 1º de julho de 2001.

O SFAS 142 direciona questões relacionadas com a contabilização e a apresentação de ágio adquirido e outros bens intangíveis. Dispõe sobre a contabilização de intangíveis adquiridos individualmente ou com um grupo de ativos não adquiridos em uma fusão, incorporação ou outra forma de combinação de empresas. O pronunciamento direciona ainda questões de natureza contábil que surgem após o reconhecimento inicial nas demonstrações financeiras. O ágio e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não serão amortizados; no entanto, esses itens serão testados no mínimo uma vez ao ano para que se avalie seu grau de deterioração. O ágio e outros ativos intangíveis com vida útil finita continuarão sendo amortizados ao longo de sua vida útil; no entanto, sem o período arbitrário de, no máximo, 40 anos. O SFAS 142 deve ser aplicado a exercícios fiscais que se iniciem a partir de 15 de dezembro de 2001. Os efeitos do SFAS 142 nos resultados das operações e a posição patrimonial quanto aos bens intangíveis registrados nos livros contábeis da Companhia estão sendo avaliados.

O SFAS 143 direciona questões relativas à contabilização e à apresentação de obrigações relacionadas com a baixa contábil de ativos tangíveis de longa duração, e aos custos associados com a baixa desses ativos. Aplica-se a todas as entidades e exige que o valor justo de um passivo, relacionado com a baixa contábil de um ativo, seja reconhecido no período em que incorrer, quando for possível estimar o valor justo. Os custos relacionados com a baixa contábil de um ativo são capitalizados como parte do valor acumulado do respectivo ativo de longa duração. O SFAS 143 deve ser aplicado a exercícios fiscais que se iniciem a partir de 15 de junho de 2002. Na avaliação da Companhia, a adoção do SFAS 143 não terá impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

Em outubro de 2001, o FASB aprovou o Pronunciamento no. 144, “Contabilização da Deterioração ou Baixa de Ativos de Longa Duração”, que substitui o Pronunciamento no. 121, “Contabilização de Ativos de Longa Duração e de Ativos de Longa Duração a Serem Alienados”. O Pronunciamento tem por finalidade desenvolver um modelo contábil, com base no modelo estabelecido no SFAS 121, para ativos de longa duração a serem baixados mediante venda, e atender questões significativas relacionadas com a implementação. O SFAS 144 exige que os ativos de longa duração a serem baixados mediante venda sejam avaliados ao valor contábil ou valor justo, líquido do custo da venda, dos dois o menor, quer sejam apresentados no cenário de operações em andamento quer sejam apresentados em operações descontinuadas. Operações descontinuadas não mais serão avaliadas ao valor líquido realizável nem devem incluir valores de prejuízos operacionais que ainda não ocorreram. O SFAS 144 deve ser aplicado a demonstrações financeiras emitidas para exercícios fiscais que se iniciam a partir de 15 de dezembro de 2001. Na avaliação da Companhia, a adoção do SFAS 144 não terá impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

17. MUDANÇAS DE PRATICAS CONTÁBEIS

Encontram-se em audiência pública minutas de duas Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, as quais, se aprovadas virão a alterar práticas contábeis relacionadas com o registro do direito de outorga e registro de ativo fiscal diferido.

A administração está aguardando a edição final desses documentos quando só então poderá avaliar os possíveis reflexos sobre sua situação financeira e patrimonial, os quais poderão ser relevantes.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 1º de fevereiro de 2002, a Companhia concluiu o processo de oferta pública de ações, tornando-se a primeira empresa listada no Novo Mercado da Bovespa.

A referida emissão foi de 16.963.601 ações ordinárias, representando 20% do capital social da companhia, a um valor de R\$ 18,00 por ação, totalizando um aumento de capital de R\$ 305.345.
